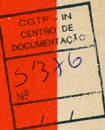


# avante



UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5300

## PRIMEIRO DE MAIO

A todos  
que caminhais pelas ruas  
e paraís as máquinas e fábricas.

A todos  
que desejosos de chegar à nossa festa  
com os ombros carregados de trabalho.  
Sai no Primeiro de Maio  
ao primeiro dos maíoi!  
Acolhamo-lo, camaradas,  
com a voz estreada de canções.  
Primavera minha,  
derrete as neves!  
Eu sou operário,  
este Maio é meu!  
Eu sou camponês,  
este Maio é meu!

A todos  
estendidos nas trincheiras  
esperando a morte infinita.  
A todos  
que dum blindado  
apontais contra vossos irmãos,  
hoje é Primeiro de Maio.  
Vamos ao encontro do primeiro  
dos nossos maíoi,  
entrelaçando as mãos proletárias.  
Calai o vosso latido, morteiros!  
Silêncio, metralhadoras!  
Eu sou marinheiro,  
este Maio é meu!  
Eu sou soldado,  
este Maio é meu!

A todas  
as casas, praças, ruas  
encolhidas pelo gelo invernal.  
A todos  
famintos de fome  
estepes,  
bosques,  
campos,  
Sai neste Primeiro de Maio!  
Glória ao Homem fecundo!  
Transbordai nesta Primavera!  
Verdes campos, cantai!  
Ressoai, apitos e sirenes!  
Eu sou de ferro,  
este Maio é meu!  
Eu sou de terra,  
este Maio é meu!

V. MAIAKOVSKY



FESTA NACIONAL DA  
UNIDADE DOS TRABALHADORES

## CONSTITUIÇÃO

# UMA CONQUISTA HISTÓRICA DA REVOLUÇÃO

A Constituição da República Portuguesa, que entrou em vigor no passado dia 25 de Abril, representa uma das conquistas fundamentais do nosso processo democrático. Também, nas mãos dos trabalhadores, representará uma sólida barreira contra o avanço da reacção e do fascismo.

Não foi por acaso que as forças de direita procuraram retardar primeiro a sua feitura e posteriormente a sua aprovação. Depois procuraram não introduzir as vias que lhes permitissem alterar todo o clausulado que pelo seu conteúdo consagra as principais conquistas das massas trabalhadoras e populares em aliança com o MFA.

Ainda mal a Constituição havia sido promulgada pelo Presidente da República e logo as vozes agourentas do passado se apressaram em deturpar o seu sentido progressista, em dizer publicamente não estarem dispostas a respeitá-la.

Os trabalhadores saudaram a nova Constituição da República Portuguesa e mostraram-se dispostos em defendê-la intransigentemente contra as arremetidas das forças reacçãoárias e fascistas, a quem naturalmente a Constituição não serve os seus interesses contra-revolucionários.

Durante o longo período da sua elaboração, os trabalhadores manifestaram mais que uma vez o seu protesto, por nela não serem consignados alguns dos seus direitos e conquistas e por outro, por conter alguns pontos que não correspondem em toda a sua amplitude à sua vontade e anseios.

No entanto e porque a Constituição consagra os principais direitos e conquistas das massas trabalhadoras, nós consideramos ser a sua defesa e respeito, uma das tarefas fundamentais do Movimento

Sindical Unitário e de todas as forças progressistas.

É evidente que quando a Constituição consagra a República Portuguesa como «um Estado democrático» «que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras» (Art.º 2.º), não pode agradar aos exploradores. Nem tão pouco quando afirma que «O desenvolvimento do processo revolucionário impõe, no plano económico, a apropriação colectiva dos principais meios de produção» (Art.º 10.º-2.º).

Como pode agradar aos exploradores que a Constituição diga

da aplicação de planos de política económica e social, garantir o direito ao trabalho, assegurando:

- a) A execução de políticas de pleno emprego e o direito à assistência material dos que involuntariamente se encontram em situação de desemprego;
- b) A segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos;
- c) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para

## PREÂMBULO DA CONSTITUIÇÃO

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, corando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e as liberdades, os legítimos representantes do povo reunem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país livre, mais justo e mais fraterno.

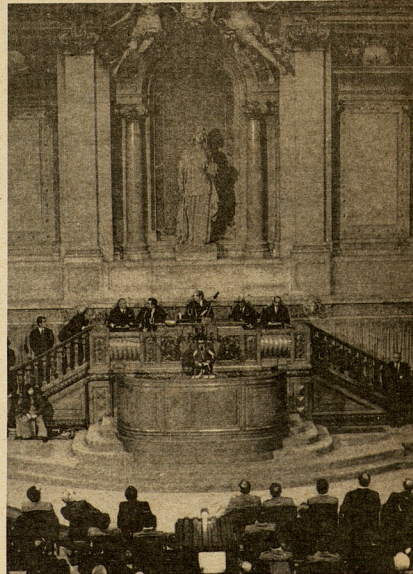
A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de Abril de 1975, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa.

expressamente que «O dever de trabalhar é inseparável do direito ao trabalho?» (Art.º 51.º-2.º). Se os exploradores vivem precisamente da exploração da nossa força de trabalho, como poderão aceitar tal dever? Naturalmente que não lhes agrada.

O Artigo 52.º diz: «Incumbe ao Estado, através

que não seja vedado o limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais.

- d) A formação cultural, técnica e profissional dos trabalhadores, conjugando o trabalho manual e o trabalho intelectual.



A questão que colocamos é esta: Como é possível a um governo que se não identifique com os interesses dos trabalhadores e verdadeiramente empenhado em transformações profundas, económicas, sociais e políticas, garantir o cumprimento deste importante artigo?

Claro que os exploradores, as forças do capital, reacçãoárias e fascistas não o poderão cumprir.

Não pretendemos neste pequeno apontamento analisar exaustivamente todos os artigos da Constituição. Noutros números do ALAVANCA faremos essa análise necessária.

Todavia, a nossa intenção é demonstrar a estreita ligação entre a necessidade da defesa da Constituição e a defesa das próprias conquistas revolucionárias e da democracia a caminho do socialismo.

Diz o Artigo 83.º-1:

«1. Todas as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras.»

E o Artigo 96.º

«A Reforma Agrária é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista.»

Estes são alguns dos artigos da Constituição que lhe conferem um cunho eminentemente progressista e cuja defesa atrás ligada à defesa dos interesses mais profundos dos trabalhadores e do povo português em geral.

Estarão os elementos reacçãoários e fascistas da CAP e fora dela interessados na defesa da Constituição?

Estarão os elementos reacçãoários e fascistas que lançam o terrorismo em vastas zonas do país, impossibilitando assim o exercício das liberdades democráticas e sindicais, interessados na defesa da Constituição?

Estarão os elementos e as forças que atacam as nacionalizações e a progressiva intervenção dos trabalhadores na gestão e controle da economia interessados na defesa da Constituição?

E os patrões que despedem trabalhadores?

E aqueles que anelam elementos progressistas e promovem a integração de fascistas no aparelho de Estado?

Estarão estes elementos interessados em defender a Constituição da República Portuguesa?

Naturalmente que não. Não, porque os seus interesses se opõem aos interesses do nosso povo. Não, porque as liberdades democráticas e sindicais, as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário, a melhoria das condições de vida das amplas massas, se opõem frontalmente aos seus interesses de classe e constituem pesados fardos para as suas intenções de regresso ao fascismo.

Há pois que respeitar e defender intransigentemente a Constituição e combater todos aqueles que desrespeitando-a se esforçam para mergulhar o nosso povo na miséria e entregar o nosso país à rapina dos monopólios e do imperialismo.



# DEFENDER AS LIBERDADES A REFORMA AGRÁRIA AS NACIONALIZAÇÕES O CONTROLO OPERÁRIO A CONSTITUIÇÃO DEFENDER A DEMOCRACIA

As massas trabalhadoras, o povo português, demonstram, uma vez mais, nas eleições para a Assembleia da República que não quer o fascismo.

As massas trabalhadoras, o povo português, manifestaram-se, em defesa das liberdades democráticas, das nacionalizações, da Reforma Agrária, do controlo operário, da Constituição.

As massas trabalhadoras, o povo português, desejam a democracia a caminho do socialismo.

O resultado das eleições para a Assembleia da República são mais uma prova de que é necessário que se tomem medidas enérgicas contra o avanço da reacção e do fascismo, que se faça respeitar a Constituição, que se tenha em conta a vontade das camadas mais desprotegidas da população: os explorados.

O Movimento Sindical Unitário está profundamente empenhado na defesa do processo revolucionário e no seu avanço a caminho do socialismo. Sempre nos batemos contra a reacção e mais do que nunca nos empenharemos na luta para garantirmos a derrota dos inimigos dos trabalhadores e do povo em geral.

As forças de direita, as forças do capital, da reacção e do fascismo, irão intensificar a sua escalada contra-revolucionária, no sentido de criarem nestes próximos meses, um clima favorável às suas intensões opressoras e terroristas.

A forma como essas forças têm actuado, muitas vezes, demasiado, com inteira impunidade dos órgãos do Poder, mostram-nos que não hesitarão perante qualquer meio, mesmo os mais violentos e criminosos, para atingirem os seus fins.

As forças do capital, da reacção e do fascismo, que tudo

fizeram, durante estes dois anos de revolução para impedir e inverter o seu curso, tudo farão para recuperarem os privilégios perdidos.

Um dos seus objectivos prioritários é a divisão dos trabalhadores, a divisão do Movimento Sindical. É preciso que todos estejamos atentos e vigilantes, que reforçemos a nossa unidade e organização, que intensifiquemos as acções de esclarecimento, que alarguemos a influência do Movimento Sindical unitário às mais amplas massas.

A unidade dos trabalhadores é a garantia de batermos todas as investidas dos nossos inimigos e de prosseguirmos a caminhada da nossa libertação.

Não poucas vezes, o sectarismo tem-se revelado tão e mais prejudicial à unidade dos trabalhadores quanto à acção divisionista e desagregadora dos nossos inimigos. Ele terá de ser banido da nossa acção e da nossa luta. O sectarismo é um entrave à unidade e ao alargamento da acção do Movimento Sindical Unitário.

Ao comemorarmos o DIA 1.º DE MAIO, sob a bandeira da Unidade, estamos a dar um passo importantíssimo na consolidação da nossa força.

O DIA 1.º DE MAIO DE 1976, representa, sem dúvida, um marco na luta dos trabalhadores portugueses pela democracia e pelo fim da exploração do homem pelo homem.

O DIA 1.º DE MAIO DE 1976 traduz a vontade inequívoca dos trabalhadores portugueses em não cederem o passo à reacção, em defenderem as liberdades democráticas, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, a Constituição.

**VIVA O 1.º DE MAIO! • VIVA A UNIDADE DOS TRABALHADORES!**



# 1.º DE MAIO DE 1886

## UM MARCO

# NA HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA E DE TODOS OS TRABALHADORES NO MUNDO INTEIRO

Em todo o mundo, milhões de trabalhadores comemoram hoje o 1.º de Maio.

Para muitos desses camaradas, já libertos da exploração capitalista, este dia será de festa e alegria, para outros será de luta.

Para nós, portugueses, o 1.º de Maio será, simultaneamente, um dia de festa e de luta. De festa porque, ao fim de 48 anos de ditadura, podemos festejar esta jornada (pelo terceiro ano consecutivo) em liberdade, e de luta porque, hoje, mais do que nunca, é necessário travar o passo ao capital reaccionário que, após o 25 de Novembro, tenta pôr em causa as conquistas por nós alcançadas desde o 25 de Abril de 1974.

O 1.º de Maio é, portanto, o dia mundialmente consagrado aos que produzem.

Mas, porque razão tal data é considerada o Dia do Trabalhador? Teremos que recluir um pouco no tempo.

### ORIGENS DO 1.º DE MAIO

O 1.º de Maio teve a sua origem nas lutas levadas a cabo pelo operariado norte-americano durante o século passado.

A 20 de Agosto de 1866, realizou-se na cidade de Baltimore um importante Congresso Operário que contou com a participação de representantes de 60 organizações, algumas das quais clandestinas. Foram, então, nomeados comités «para estudar a redução da jornada de trabalho a oito horas, o emprego da acção política e o estabelecimento de uma organização nacional permanente».

Lembramos, a propósito, que a jornada de trabalho, até então, era de 10 horas. Assim, no decorrer deste Congresso, viria a ser aprovado o seguinte documento: «A primeira maior necessidade do presente, a fim de libertarmos o trabalho deste país da escravidão capitalista, é a promulgação de uma lei, segundo a qual o dia de trabalho deve compor-se de oito horas em todos os estados americanos, e nós não abandonaremos, até ao triunfo este alvo glorioso».

Foi, portanto, a partir da realização deste Congresso que a classe operária norte-americana adquiriu uma maior unidade de acção, através de um órgão que a representava e defendia.

Entretanto, com a realização de um novo Congresso, em 1868, declararam-se nos anos seguintes numerosas greves

com vista à conquista da jornada de oito horas.

Durante este novo período de agitação, a luta então desenvolvida estendeu-se a outros pontos do país. Foi assim que, em Boston, em 1869, foi fundada a Liga das Oito Horas, enquanto que em Filadélfia surgiu a associação dos Cavaleiros do Trabalho.

Os anos que se seguiram foram marcados por grandes

movimentações operárias, nomeadamente através de greves e paralisações maciças, disseminadas por todo o país.

### O 1.º DE MAIO DE 1886

Uma vez chegados a 1880, constituiu-se a Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá que, em 1884, durante a sua quarta conferência anual, realizada em Chicago, aprovou a efectivação de uma greve geral, pelas oito horas, no 1.º de Maio de 1886.

Sobre esta grandiosa jornada de luta, o historiador César Nogueira, autor de um opúsculo sobre o 1.º de Maio e no qual nos baseámos para elaborar este artigo, dá-nos a seguinte descrição: «A medida que se aproximava o 1.º de Maio, a agitação aumentava dando-se vários conflitos preliminares entre o capital e o trabalho. O mais importante foi o que

ocorreu na feitoria de Mac Cormick, de onde foram despedidos 1200 operários por não quererem abandonar os seus respectivos sindicatos, substituindo-os por amarelos.

Entretanto, o almejado 1.º de Maio chegou, largando o trabalho milhares e milhares de trabalhadores que proclamaram a jornada de oito horas. Para este dia tinha a União Central Operária de Chicago convocado um comício, ao qual assistiram mais de 25 000 pessoas. A paralisação foi-se generalizando, atingindo em poucos dias mais de 50 000 grevistas e dando-se sucessivos e mortais recontros com a polícia, que não vacilou em atacar violentamente uma pacífica manifestação de 600 mulheres.

O patronato começou a fazer concessões, triunfando a causa do trabalho. Apesar disso, as manifestações continuaram nos dias 2, 3 e 4

de Maio. Foi em 3, porém, que se desenrolaram os graves acontecimentos, que deram origem ao facto que é conhecido na história do movimento operário pela denominação dos Mártires de Chicago.»

No entanto, os recontros com as forças da repressão não ficaram por aqui.

No dia seguinte, um jornal operário publicou um apelo, chamando os trabalhadores às armas. Correspondendo ao incitamento, milhares de trabalhadores desceram às ruas, entrando em confrontação com a polícia, após o rebentamento de uma bomba lançada por mãos suspeitas. Tais acontecimentos levaram à prisão os principais orientadores do movimento grevista, tendo, muitos deles sido condenados à morte.

Sobre o que acima ficou dito, César Nogueira declara-nos na sua obra: «Os acontecimentos trágicos de 1886 e 1887, quebrantaram um pouco as energias do operariado americano. Mas, em 1889 realizaram-se comícios em 210 cidades, em 4 de Julho em 311, e em 2 de Setembro em 420. A Convenção Operária de S. Luis iniciou uma nova tentativa a favor do dia de oito horas, a começar em 22 de Fevereiro de 1890, celebrando nesta data comícios em 256 cidades.»

Por proposta de um delegado àquela Convenção foi aprovada a realização de uma manifestação, novamente no 1.º de Maio. Tal resolução viria a ser sancionada pela Convenção de Boston.

A luta pela conquista das oito horas prosseguiu, existindo em 1906, na América do Norte, leis relativas a esta questão em 31 Estados dos 45 da União.

Tais são, ainda que sucintamente, as origens do 1.º de Maio.

A terminar, servimo-nos, uma vez mais, das palavras de César Nogueira: «Prestemos a nossa homenagem à memória dos Mártires de Chicago que pelo seu sacrifício levaram o operariado internacional a adoptar o 1.º de Maio como o dia consagrado a lutar pela melhoria das suas condições económicas e sociais.»



# O FASCISMO NÃO QUEBROU A RESISTÊNCIA DO POVO PORTUGUÊS

## AS JORNADAS DO 1.º DE MAIO

A ditadura terrorista fascista imposta pela burguesia ao povo português com o golpe de 28 de Maio de 1926 não se limitou a suprimir as liberdades fundamentais, dissolvendo o Parlamento e os partidos políticos, fascizando os sindicatos e demais organizações das massas trabalhadoras, impondo a censura e o terror policial.

Colocando os interesses dos monopólios e dos latifundiários acima dos interesses do Povo, os sucessivos governos de Salazar e Marcelo Caetano tudo fizeram para tonar a classe operária e as massas trabalhadoras de Portugal e das colónias presas fáceis da exploração capitalista e do imperialismo internacional.

Para que este objectivo fosse alcançado recorrem à mais brutal e feroz repressão, ao crime, às guerras coloniais. Toda e qualquer forma de protesto contra a sua política é reprimida; tudo o que seja popular e progressista é proibido, abafado, reduzido ao silêncio.

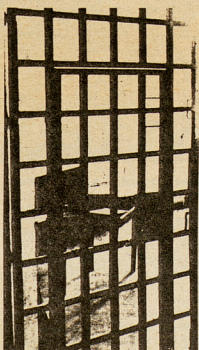
Assim, não hesita em proibir a comemoração de datas queridas do nosso povo, como o 5 de Outubro ou o 31 de Janeiro, ou em esvaziá-las do seu conteúdo progressista, como o 1.º de Dezembro (data da reconquista da independência nacional, transformada pelo fascismo no dia da Mocidade Portuguesa) ou o 10 de Junho (dia de Camões, transformado no dia da "raça").

Mas se o fascismo procurou impedir a comemoração destas datas, marcos históricos do nosso povo na essa política repressiva mais se fez sentir foi nas comemorações do 1.º DE MAIO, DIA MUNDIAL DO TRABALHO.

Apoiando as resoluções tomadas no Congresso Operário realizado em Paris em Julho de 1889, os trabalhadores portugueses,

acorendo ao apelo da "Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa" lançada em 1 de Abril de 1890, comemoraram pela primeira vez o 1.º de Maio, manifestando-se pela jornada de 8 horas.

Sendo dos primeiros a comemorar o Dia do Trabalho os trabalhadores portugueses jamais deixaram de se manifestar nessa data. Foi



CAXIAS

assim nos últimos anos da monarquia e assim continuou a ser durante a primeira República Parlamentar.

Conhecendo o que representava para a classe operária e as massas trabalhadoras o dia 1.º de Maio, o fascismo procurou desde cedo impedir a sua comemoração. Mas em vão! Utilizando as formas mais variadas, desde o jantar de confraternização à piquenique à manifestação à greve, de acordo com a situação concreta em cada momento e o seu grau de unidade e organização, os trabalhadores souberam encontrar sempre as formas mais apropriadas à comemoração do seu dia, não

obstante a repressão de que eram alvo.

Dia de festa e de luta o 1.º de Maio transforma-se a pouco e pouco numa jornada de luta antifascista e anticapitalista. Cada vez mais os trabalhadores aproveitam esse dia para, reunindo-se, discutirem os seus problemas; apresentarem as suas reivindicações ao patronato e ao fascismo; manifestarem nas ruas contra a política fascista-colonialista, pelo Pão, a Paz e a Liberdade.

A importância do 1.º de Maio no contexto político nacional cresce de ano para ano e com ele as formas de comemorá-lo. Cada vez mais se recorre à paralisação, à manifestação à greve, aumentando o número de trabalhadores que participam nas gloriosas jornadas do 1.º de Maio.

Este crescimento corresponde no fim de contas ao papel que o proletariado desempenha na arena política nacional. Por isso mesmo as comemorações do 5 de Outubro passaram para segundo plano e as do 1.º de Maio ocupam o lugar que por direito próprio pertence à classe operária e às massas trabalhadoras: vanguarda da luta contra a ditadura.

Enquanto que o 5 de Outubro é comemorado com romagens e jantares de confraternização, o 1.º de Maio passa a ser comemorado com paralisações, greves e manifestações. Naquela data comemorava-se a implantação da República burguesa e, como tal, participavam nessas jornadas representantes da burguesia liberal e antifascistas. No 1.º de Maio comemora-se o levantamento dos trabalhadores contra a exploração capitalista, pela jornada de 8 horas, pelo fim da exploração do homem pelo homem.

A medida que aumenta o carácter antifascista das comemorações do 1.º de Maio maior é o entrelaçamento entre as reivindicações económicas

e políticas. Quando se reivindica mais salário exige-se também o fim das guerras coloniais, liberdade, abolição da censura, etc. As comemorações começam a preparar-se muito tempo antes, às vezes dois e três meses, a prolongam-se para além do próprio dia.

Tentando julgar as comemorações, isto é, as lutas que se vão travar nesse dia e seguintes, o fascismo inicia a repressão ao primeiro sinal, quer recorrendo a prisões "preventivas" de destacados e conhecidos militantes antifascistas, quer assassinando mesmo, como fez em Aljustrel, onde no dia 27 de Abril de 1962 foram assassinados a tiro os mineiros Adângio e Estevão Giro quando protestavam contra a repressão que se tinha abatido sobre a vila.

Contudo, a repressão nunca conseguiu impedir que os trabalhadores, muitas vezes ao som dum "alvorada" de foguetes e morteiros, descessem às ruas no dia 1.º de Maio gritando bem alto PACTOS DE PAZ SIM! PACTOS DE GUERRA NÃO! PÃO, PAZ E LIBERDADE! ABAIXO A GUERRA COLONIAL! AMNISTIA! AMNISTIA! VIVA O 1.º DE MAIO!

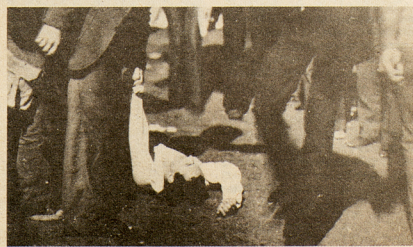
Quer fosse em Lisboa ou no Porto; na Covilhã ou em Alpiarça; em Olhão ou no Couço; em Aveiro ou em Plas,

na cidade ou no campo, nas fábricas ou nas praças de jorna, sempre o 1.º de Maio foi comemorado.

De todas as lutas travadas nessa data histórica ficarão para sempre na memória do nosso povo as que se levaram a cabo em 1962. Mais de 100 000 manifestantes em Lisboa, 20 000 no Porto, 5000 em Setúbal, etc., desencadearam poderosas manifestações contra o fascismo, as quais se repetiram no dia 8 de Maio, e em 28 do mesmo mês.

Mas foi no campo, onde a exploração é mais gritante, que se deram as acções mais importantes. Nesse dia, recorrendo à greve, cerca de 200 000 assalariados rurais do Alentejo e Ribatejo impuseram aos latifundiários e ao fascismo a jornada de trabalho de 8 horas, pondo fim à jornada feudal de sol a sol.

Esta conquista histórica do proletariado rural, espelha bem até que ponto os trabalhadores portugueses foram capazes de, mesmo sob uma feroz ditadura, criar e desenvolver uma unidade e organização que lhes permitiu não só manter bem viva a chama do 1.º de Maio, como transformar a sua comemoração numa jornada de luta antifascista e anticapitalista, honrando assim os "mártires" de Chicago.





# A LUTAR CONTRA O AUMENTO DOS PREÇOS

## É LUTAR CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Com o 25 de Novembro, muita coisa aconteceu no nosso País. Aconteceu, por exemplo, que os preços dos bens de consumo de primeira necessidade aumentaram de forma assustadora.

Segundo alguns entendidos na matéria, trata-se de «inflação», palavra mágica com que se justifica um único fim: a recuperação capitalista.

«Os trabalhadores ganham mais. Logo, é preciso aumentar os preços», dizem, ainda, os tais entendidos. Quer dizer: dá-se por um lado e tira-se pelo outro.

Mas, na realidade, a questão será assim tão simples?

O problema dos preços poderá ser resolvido através de tabelas de preços cozinhadas em Conselhos de Ministros.

A questão dos preços integra-se num contexto muito mais vasto e complexo, não podendo desligar-se dos problemas respeitantes à produtividade, à agricultura e aos transportes, afectando ainda, naturalmente, o mercado de emprego.

Verificamos, portanto, que os preços aumentam todos os dias e que, nem sempre, esses aumentos correspondem à inflação, são, pelo contrário, fruto da especulação.

A inflação, de um modo geral, é por todos nós aceite, quando nos dizem que «os produtos têm que aumentar porque os ordenados também subiriam». Mas, a inflação, para ser justa, tem que ser coordenada.

Se as matérias-primas aumentarem em determinada percentagem, terá que haver um organismo do Estado que veja qual a importância desse aumento no custo de origem do produto, de forma a que aquela percentagem seja acrescida, de forma justa, ao preço acabado.

Se fôr o custo de mão-de-obra a aumentar, ou qualquer outro meio de transformação, será nessa mesma percentagem que o produto acabado deverá ser aumentado.

Resumindo: a Direcção Geral de Preços determinava os preços, a Direcção Geral do Comércio Interno racionalizava os circuitos de comercialização e a Direcção Geral de Fiscalização Económica fazia com que os produtos não fugissem dos circuitos de comercialização adequados, de modo a que os preços determinados fossem respeitados.

Através de todos estes organismos, lutava-se, eficientemente, por iniciativa do Governo, contra a especulação e controlava-se a inflação.

Presentemente, verificamos que todos esses organismos deixaram de funcionar, voltando os intermediários a ter voz activa tanto no campo da comercialização e na determinação dos circuitos, como no campo da determinação dos preços, na maior parte especulativos.

### UNIR E ORGANIZAR

Em face do que ficou dito, se os consumidores estiverem, de facto organizados poderão ter uma palavra activa a dizer, caso contrário nada mais resta que protestar. Nesse sentido, em alguns pontos começaram-se a criar grupos



consultivos de fiscalização económica, junto das Comissões Administrativas das Câmaras, das Comissões de Moradores e das Comissões de Trabalhadores, com vista à criação de uma certa unidade entre as pessoas, de forma a poderem lutar pela defesa dos seus interesses.

Tais grupos de controlo, possuindo o mínimo de conhecimentos necessários, filtravam certas queixas, feitas, por vezes, de forma incorrecta, não permitindo à fiscalização económica actuar de maneira a que o processo pudesse evoluir.

Tratava-se, portanto, de um contributo indispensável que os consumidores organizados davam, visto ser impossível existir um fiscal em cada loja.

Tudo isto seria correcto se as autoridades actuassem. Sucede, no entanto, que, neste momento, as autoridades pouco ou nada fazem. A cada passo deparamos com infracções económicas perante a passividade das autoridades.

Vejam o caso da carne. Sendo a carne verde a mais cara, foge ao circuito de comercialização da Junta Nacional dos Produtos Pecuários. Os talhantes dizem que compram a carne muito mais cara, e logo, vendem-na muito mais cara ainda. Apesar disso, cerca de dois terços da carne que se consome não é carne verde, mas sim carne congelada vendida aos preços da primeira.

Trata-se, portanto, de um caso de especulação, contudo nada é feito

para pôr cobro a essa mesma especulação.

Entretanto, fala-se na defesa dos consumidores, distribuem-se tabelas de preços a esses mesmos consumidores, etc. Mas, se essa informação que nos é dada não fôr acompanhada de medidas concretas tomadas pelo Governo a outros níveis (racionalização e saneamento dos circuitos de distribuição), ficaremos com as tais informações que, na prática, de nada servem.

Terão, pois, que ser os próprios consumidores a resolver os seus problemas. Acontece, no entanto, que neste momento, os consumidores não estão organizados e, mais do que isso, não estão unidos.

É portanto, necessário levar a cabo duas tarefas: Unir e organizar. Até lá, é evidente que vamos continuar a ser desfalcados no nosso dinheiro e grandes fortunas se irão formando.

### COOPERATIVAS: UM MODO DE NOS DEFENDERMOS

Perante tal urgência, existe uma solução: a formação de cooperativas.

As cooperativas de consumidores, que têm sido atacadas de todas as formas, constituem o processo mais fácil de percorrer todo o circuito de comercialização e aproximarmo-nos do produtor.

Muitas vezes, procura-se colocar

ao consumidor um problema de ordem moral, fazendo-lhe crer que irá provocar a falência do pequeno e médio comerciante. Isso não é verdade. O pequeno comerciante está, desde há muito, dependente, pois é a ponta de lança de todo o circuito de comercialização, sendo ele quem vende a retalho, permitindo, assim, a existência de todos os especuladores que surgem antes dele.

Por outro lado, sempre foi dito ao pequeno comerciante que para sua subsistência terá que aumentar as margens de lucro. Quer dizer, procura-se fazer ver ao pequeno e médio comerciante que explorar o consumidor é a forma possível de viver decentemente.

Ao consumidor, por seu turno, sempre foi dito que para resolver o problema dos preços terá que lutar contra o comerciante.

Estabeleceu-se, assim, uma frente que nos devia do verdadeiro problema que se situa, exactamente, atrás do retalhista. Trata-se, portanto, de substituir tudo o que está antes do pequeno e médio comerciante, e não o próprio comerciante como, por vezes se tenta fazer acreditar.

É inegável que o pequeno comerciante cumpre uma função indispensável. A venda a retalho é imprescindível para a nossa comodidade e para um abastecimento racional.

Assim, a organização dos consumidores em cooperativas pode



e deve incluir pequenos e médios comerciantes.

Uma vez organizados em cooperativas, os consumidores percorrerão o caminho dos circuitos de comercialização, directamente até à produção, de modo a podermos comprar em quantidades que o justifiquem e estes permitirão beneficiar das disposições legais que já estão em vigor.

Para lá disso nos permitir a prática de preços justos, trata-se de uma medida que, nesta altura, se torna importante e urgente, uma vez que permitirá ao agricultor ter a certeza de que venderá os seus produtos. Criar-se-ão, assim, canais de escoamento para o sector agrícola.

Como é sabido, importamos uma grande parte das coisas que consumimos. Contudo, uma grande

parte das coisas que produzimos apodrece na terra por falta dos tais canais de comercialização. Ao criarmos uma estrutura que vá ao produtor, os trabalhadores rurais poderão ter mais lucros do seu trabalho, pois vendem tudo aquilo que produzem, ao mesmo tempo que garantimos e defendemos a maior conquista da nossa Revolução: a Reforma Agrária.

### QUANTO AOS INTERMEDIÁRIOS...

Quanto ao pequeno intermediário, esse não tem razão de existir. Não podemos estar a fomentar uma classe que não produz, que não transforma, que não fornece nenhum



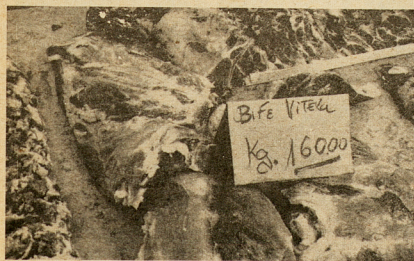
serviço efectivamente útil. Os intervenientes nos circuitos de comercialização podem, de facto, desempenhar uma função útil e, até aqui, o armazenista teve uma função útil porque o retalhista não pode ir comprar meia dúzia de caixinhas à fábrica. No entanto, os processos de comercialização têm que evoluir. A margem de lucro do armazenista, que é praticamente tão grande como a do retalhista, tem que ser

eliminada. Todos os indivíduos que se metem no circuito de comercialização só servem, ao fim e ao cabo, para especular com o trabalho dos outros.

Para se comprar por grosso, deverão ser os consumidores organizados a fazê-lo. Os intermediários, normalmente, pagam mal à produção, sobretudo ao produtor agrícola, procurando comprar o mais barato que podem,

reivindicando para eles próprios o estatuto de produtores.

Os intermediários são, assim, os indivíduos à volta de quem se processa a especulação e a exploração do trabalhador do campo. Taremos, pois, que escolher ou fomentamos a classe dos intermediários parasitas, ou fomentamos a promoção do produtor e defendemos os interesses dos consumidores.



# OS JOVENS E AS MULHERES NO 1.º DE MAIO

A juventude portuguesa sempre lutou contra a feroz ditadura salazarista-caetanista. Em todas as jornadas do 1.º de Maio, aí estavam os jovens a demonstrar, na prática, a sua força e o seu entusiasmo revolucionário. O fascismo considerou sempre a juventude como a peça fundamental a ganhar, para garantir a sua continuidade. No entanto, a juventude nunca foi ganha, na sua maioria, para o fascismo. Nem a Mocidade Portuguesa, nem o Secretariado para a Juventude de Marcelo tiveram a adesão que os fascistas desejavam.

As jornadas do 1.º de Maio, que ficaram na memória dos que as viveram, já que a censura fascista aos meios de informação nada deixava transparecer da luta dos trabalhadores, contaram sempre com a presença de jovens. Na grande manifestação do 1.º de Maio de 1970, na Baixa da Banheira e Barreiro, que contou com a participação de 6000 operários, os jovens à frente da manifestação asseguravam a continuidade da luta contra o fascismo. A 3 de Maio, centenas de jovens eram presos pelos esbirros do fascismo. As pesadas discriminações impostas à juventude trabalhadora, nos seus

locais de trabalho, foram também uma frente de batalha. Os jovens lutaram sempre para que a «trabalho igual correspondesse salário igual», para que as promoções se fizessem de acordo com as suas próprias qualificações, enfim, para que acabasse a dupla exploração a que estavam sujeitos. Os jovens trabalhadores lutaram sempre ao lado dos seus irmãos de classe, mais velhos, contra os exploradores. Na juventude reside, pois, a chama revolucionária, garante da continuidade da luta pela conquista de uma sociedade mais justa. O futuro pertence-lhes, portanto, ninguém, melhor do que eles está interessado na transformação da sociedade que os explora.

Com o 25 de Abril, e o conseqüente derrube do fascismo, novas perspectivas de luta se abriram aos jovens. A sua adesão ao processo revolucionário, então iniciado, provou, mais uma vez, que a juventude em Portugal, está viva e decidida, dentro da generalidade que lhe é própria, a combater com todas as suas forças pelo fim da exploração do homem pelo homem. A participação dos jovens em Sindicatos, em Comissões de Trabalhadores e Moradores,

demonstra bem o seu empenho no avanço e consolidação da democracia no nosso país.

Este ano, à semelhança dos dois anteriores, a Intersindical Nacional vai promover uma grandiosa jornada de festa e luta no Dia dos Trabalhadores. Também à semelhança dos anos transactos, a juventude estará presente. A sua dinâmica, o seu entusiasmo, o seu fervor revolucionário darão um maior vigor à festa dos trabalhadores portugueses.

As mulheres portuguesas, também elas duplamente exploradas, deram sempre o seu contributo revolucionário às jornadas de luta do 1.º de Maio. Apesar da ignorância em que o fascismo pretendia manter as mulheres, rementendo-as para o tratamento da casa e dos filhos explorando-as nas fábricas e nos campos, mesmo assim, as mulheres estiveram sempre na luta. Tal como a juventude, também as mulheres estiveram sempre sujeitas a discriminações laborais. Apesar de trabalharem tanto como o homem, sempre os seus salários foram inferiores. A própria legislação criou, sempre, situações desfavoráveis em relação às mulheres.

Mas, uma coisa é certa, só com a libertação do homem, só com a construção da sociedade socialista, a mulher encontrará a sua verdadeira libertação.

Uma carta de uma camarada trabalhadora, que passamos de seguida a transcrever, conta-nos como o 1.º de Maio passou, a fazer parte da sua vida de trabalho, como data de libertação.

«Na fábrica, no campo ou noutro qualquer local de trabalho havia sempre quem festejasse o 1.º de Maio. Durante muitos anos falar no

1.º de Maio, publicamente, nos locais de trabalho, era um passaporte para dar entrada nas prisões fascistas. No entanto, os mais afoitos celebravam-nos sempre. Um dia desejei saber o significado do 1.º de Maio e pedi a um camarada, já velho na luta e antigo na fábrica, que me esclarecesse. Olha camarada — disse-me ele — o 1.º de Maio é histórico para os

festejar o 1.º de Maio. As faltas dadas nesse dia eram anotadas de uma forma diferente das outras, as mulheres na fábrica, neste dia, traziam flores ao peito, cantavam canções revolucionárias. Era uma forma de comemorar o dia do trabalhador. E, finalmente, apareceu o 1.º de Maio em liberdade.

Dois anos se passaram



trabalhadores. Homens e mulheres trabalhadores deram a sua vida na luta pela defesa dos interesses de todos os trabalhadores. As 3 horas de trabalho diário foram ganhas com muito sangue, muitas mulheres choraram a morte dos seus filhos, dos seus maridos. E mais me disse: todas as nossas lutas diárias contra o capital, contra a exploração do homem pelo homem, no nosso local de trabalho, são o 1.º de Maio. Muitos anos se passaram depois desta conversa. As mulheres e os homens continuaram, com recato, a

sobre o 1.º de Maio de 1974. Estou convicta que todas nós mulheres, continuamos decididas a lutar pelo 1.º de Maio em liberdade, pela festa dos explorados e oprimidos no mundo.

Nós, as mulheres mais esclarecidas, mais consciencializadas do nosso dever de lutarmos lado a lado com o nosso companheiro, não nos deixaremos o 1.º de Maio, apenas com flores ao peito e canções revolucionárias».

Lado a lado homens e mulheres lutarão e construirão a sociedade do futuro.

# VIVA O 1.º DE MAIO DIA INTERNACIONAL D

A 1.º de Maio é uma data histórica cheia de profundo significado para os trabalhadores do mundo inteiro. Ela simboliza a luta do proletariado mundial pela sua libertação económica, política e social, simboliza o heroísmo e a grandeza do seu combate contra a exploração do Homem pelo Homem, pela Libertação da Humanidade de todas as formas de opressão. Neste dia, os trabalhadores de todo o mundo lembram os combates gloriosos travados e os mártires caídos, na dura luta de classe, sob os golpes da reacção e do fascismo. Neste dia, os trabalhadores reafirmam a sua solidariedade internacional com todos os explorados e oprimidos do mundo.

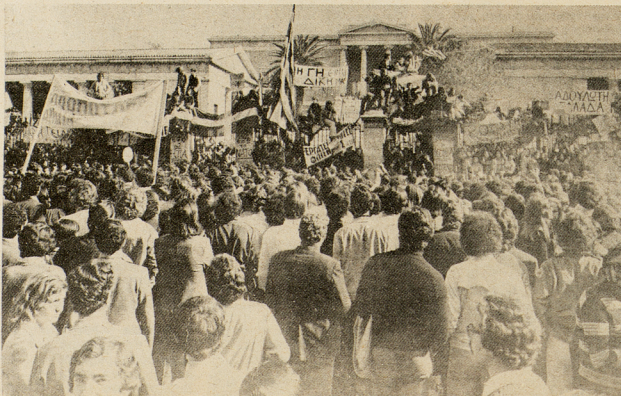
O 1.º de Maio é um dia de Luta e de Festa. De Luta pelo que há ainda a conquistar pelos trabalhadores, de Festa pelo que já foi conquistado.

O 1.º de Maio nasceu nos fins do séc. XIX, nos EUA, já então o país capitalista mais desenvolvido. O seu nascimento está intimamente ligado à longa e heróica luta da classe operária dos países capitalistas desenvolvidos da Europa e dos EUA pelo horário das 8 horas de trabalho. Essa luta seguiu-se a outras lutas anteriores, pela limitação do tempo de trabalho, pela organização das primeiras associações sindicais, pela defesa dos interesses da classe. Nalguns países, nomeadamente nos EUA, a classe operária já tinha conseguido o horário das 10 horas de trabalho, mas, em muitos outros, os operários eram obrigados a trabalhar 12 horas e mais, em condições inumanas, submetidas a uma feroz exploração.

Para a classe operária, o horário das 8 horas era vital não só para a sua sobrevivência física, mas também para a conquista dos seus direitos políticos, sociais e económicos.

Ao impor à classe capitalista e aos governos que a representavam o horário das 8 horas a classe operária conseguia um importante progresso histórico, que lhe iria permitir desenvolver a sua consciência de classe.

A partir de 1870, a luta de classe agravava-se muitíssimo nos EUA. A repressão do patronato tornava-se cada vez mais brutal. Em 1886, em Chicago, dá-se um conflito que desencadeou o movimento que iria levar à instituição do 1.º de Maio. Numa grande fábrica da cidade, os operários tinham aderido às associações sindicais. O patrão, um feroz explorador, quis obrigar os operários a abandonar as associações. Não o tendo conseguido, decidiu, então, despedir mais de 1000 operários, para, através do desemprego, e o fome, matar o sindicalismo. Os operários, porém, uniram-se nas suas associações e decidiram efectuar uma greve de protesto no dia 1.º de Maio. E, a par da greve, nesse dia os operários despedidos fizeram uma manifestação de protesto em frente da fábrica. Mas tanto essa manifestação como outra, de operários, foram reprimidas a tiro



pela Polícia que feriu vários operários.

Gerou-se, então, entre os operários de Chicago um movimento de indignação tão grande que um jornal operário chegou mesmo a apelar para a insurreição armada.

Dias depois efectuou-se, numa das praças da cidade, um grande comício de protesto. A atmosfera



geral era de revolta.

A polícia, a postos, preparava-se para atacar, quando, de repente, rebenta uma bomba. Vários operários ficam feridos. Cega de ódio, a polícia abre então fogo indiscriminado sobre os manifestantes, causando numerosas vítimas. Depois dessa sangrenta repressão, o patronato, na

sua sanha contra o movimento operário — então em rápido desenvolvimento — resolve recorrer ao terror judicial. São feitas prisões e, ao cabo de um ano, oito operários são condenados à morte.

Facida a essa arbitrariedade inaudita, gera-se, então, nos Estados Unidos e em vários países da Europa um amplo movimento de protesto, em que a intelectualidade progressista participa, em defesa da classe operária.

O movimento consegue libertar três dos operários, mas não chega a tempo de salvar outros quatro, que, entretanto, já tinham sido enforcados. Desde então, essas vítimas inocentes da opressão capitalista passaram à História como os «mártires de Chicago».

Em 1888, sob o efeito desses trágicos acontecimentos, a Federação Americana do Trabalho decretava, no Congresso de Saint-Louis, uma greve geral pela conquista das 8 horas, greve que, em homenagem aos «mártires de Chicago» se deveria realizar no dia 1 de Maio.

E, logo no ano seguinte, em 1889, o Conselho Nacional da Federação das Sociedades Operárias, reunido em Congresso efectuado em Paris, a proposta de que em todos os países e povoações se organizasse, em determinado dia, uma grande manifestação internacional dos trabalhadores a fim de se reclamar dos respectivos governos o estabelecimento do dia normal de 8 horas de trabalho. O Congresso, por unanimidade, aprovou a proposta de que esse dia fosse o 1.º de Maio. Assim nasceu o Dia Internacional dos Trabalhadores, desde então comemorado como uma grande jornada de luta e solidariedade.

O 1.º de Maio tem, pois, quase 90 anos de história.

Quantas lutas não tiveram os trabalhadores que travar, desde então, pela sua libertação. Lutas

pequenas e grandes, nas mais diferentes condições, nos mais diversos países. Lutas salariais, sindicais, sociais e políticas.

Protestos, manifestações, greves, lutas em condições de paz e em condições de guerra. Jornadas pacíficas e jornadas revolucionárias. Jornadas vitoriosas e jornadas sangrentas. Jornadas sob o Solt da Liberdade e jornadas sob a Noite do fascismo. Jornadas em Pátrias libertadas e jornadas em Pátrias ocupadas.

Manifestações de milhões de pessoas nas grandes praças e avenidas e pequenas reuniões na clandestinidade, sob o terror fascista, com risco da própria vida!

Muitas foram as lutas, as situações, os protagonistas, os heróis. Cada vitória veio enriquecer a

ao 1.º de Maio de paz e alegria nos países libertados da exploração capitalista, toda uma época histórica se passou.

Da luta pela jornada de 8 horas, desenvolveram-se lutas muito mais profundas e de carácter muito mais global.

Essas lutas foram o reflexo do desenvolvimento do capitalismo e do agravamento das suas contradições.

O 1.º de Maio foi-se enraizando profundamente na classe operária, tornando-se a sua festa por excelência, a afirmação pública do seu carácter internacional, a manifestação da sua solidariedade de classe.

Nos princípios do séc. XX, a sua importância política já era tão grande em alguns países capitalistas desenvolvidos, que a burguesia passou a desenvolver esforços para, através de dirigentes operários vendidos, retirar ao 1.º de Maio o seu conteúdo revolucionário, torná-lo inofensivo. Mas, apesar da divisão da classe operária e do fracasso da II Internacional, verificados nas vésperas da I Guerra Mundial, o 1.º de Maio recebeu um poderoso impulso com a Revolução Socialista na Rússia, em 1917.

Com a criação do primeiro Estado de operários e camponeses do mundo, o proletariado iniciara uma nova era, a era do socialismo. E o 1.º de Maio, na primeira Pátria do socialismo, tornou-se a encarnação daquilo por que haviam lutado gerações e gerações de trabalhadores. Era a libertação da exploração capitalista, de todas as formas de opressão económica e social.

Era a construção de um mundo novo, sem exploração do Homem pelo Homem nem classes inimigas.

Era o fim do Desemprego, da Miséria, da Fome. Era o fim da desigualdade económica e social, era a Libertação da Mulher. Era a construção de um Estado ao serviço



gloriosa história do 1.º de Maio, dar-lhe mais força, aumentar o seu significado aos olhos de mais e mais trabalhadores do mundo inteiro.

Do 1.º de Maio de sangue e dor em Chicago, naquele longínquo 1886,

dos trabalhadores, de uma Sociedade verdadeiramente humana. Era o fim das guerras, das conquistas, da exploração de outros povos. Era um Futuro de Prosperidade, de Paz e Felicidade.



# OS TRABALHADORES



Era a materialização dos velhos ideais de Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Nos países capitalistas surgiam novas vanguardas revolucionárias entre a classe operária, traída pelos seus velhos dirigentes social-democratas que, na terrível Guerra Mundial gerada pelos antagonismos imperialistas, não tinham sabido dirigir a classe operária contra os seus verdadeiros inimigos, a burguesia imperialista dos seus respectivos países. Em vez disso, tinham pactuado com ela, em nome da defesa das Pátrias capitalistas, permitindo, assim, que o proletariado fosse atraído para a guerra imperialista.

Milhões de trabalhadores franceses, alemães, russos, ingleses e muitos, muitos outros, mataram-se entre si, sem saberem que não estavam a defender as suas pátrias mas sim os seus próprios exploradores.

Data dessa época a divisão da classe operária nos países capitalistas desenvolvidos, divisão que tantos males haveria de causar aos trabalhadores e tanto atrasaria a sua libertação.

Essa divisão reflectiu-se no 1.º de Maio, com comemorações separadas. Os continuadores daqueles que, em 1914, tinham entregue a classe operária aos criminosos manejos do imperialismo, desenvolveram, depois da guerra, a mesma política, procurando, então, afastá-la, por todos os meios, do país, onde, pela primeira vez na História, a classe operária conquistara o poder económico, político e social e iniciava a construção do socialismo.

Mantínham formalmente o 1.º de Maio, mas retiravam-lhe a sua verdadeira alma.

Essa trágica divisão iria facilitar a subida do fascismo ao poder na Alemanha e noutros países, onde o agravamento das crises económicas e sociais punha na ordem do dia a necessidade da revolução socialista. A burguesia imperialista concentrou

então todas as suas forças nas suas tropas de choque fascistas. O objectivo principal era derrotar o único país socialista do mundo, ainda fraco e completamente cercado, e esmagar o movimento comunista. A reacção fascista alastrou, então, pela Europa.

Entre 1924 e 1933, o fascismo passou a dominar na Itália, em Portugal, na Roménia, na Hungria, na Espanha, na Alemanha e em outros países.

De ano para ano, a Humanidade ia conhecendo, horrorizada, o que significava o fascismo. Nos Partidos operários não comunistas, os espíritos mais clarividentes começam a perceber que a vitória do fascismo só tinha sido possível devido à divisão dos trabalhadores, e que era necessário unir os trabalhadores, que era necessário unir os trabalhadores para derrotar o fascismo. Mas o reconhecimento foi tardio... E muitos dirigentes operários, entre os socialistas, foram também vítimas do terror fascista, sobretudo na Alemanha de Hitler.

Em 1935 a Alemanha nazista desencadeia a II Guerra Mundial e, em 1941, invade traiçoeiramente a URSS, numa guerra, nunca vista, de extermínio em massa. Porém, o heroísmo do povo soviético na defesa da sua Pátria socialista e a superioridade do regime socialista derrotaram o nazismo e criaram as condições para a vitória aliada. O nazismo foi a força de clique do imperialismo alemão e internacional na sua luta de classe contra o primeiro Estado socialista do Mundo.

Mas o esmagamento, pelo Exército Vermelho da colossal máquina de guerra nazista, afirmou, para sempre, a vitória do socialismo.

Na heroica resistência do fascismo, sobretudo nos países ocupados pela Alemanha nazista, desenvolveram-se, durante a II Guerra Mundial, um novo espírito de unidade. Comunistas, socialistas, protestantes e católicos progressistas lutaram juntos e alimentaram juntos projectos lútuos de Liberdade, Democracia e Justiça Social.

Terminada a Guerra, em 1945, esse magnífico espírito de unidade veio desenvolver-se nos novos países socialistas surgidos no Leste da Europa, particularmente na República Democrática Alemã, onde comunistas e socialistas se uniram para arrancar pela raiz as causas do fascismo e impedir que jamais uma guerra pudesse voltar a sair da Alemanha.

O 1.º de Maio ganhou então uma grandeza mundial até então desconhecida. Desde o centro da Europa até à China, uma terça parte da Humanidade tinha-se libertado do capitalismo, do fascismo e do imperialismo. O 1.º de Maio passou também a ser Festa do Socialismo e da Paz, da Paz duramente conquistada, ao preço de milhões de vidas. A contribuição decisiva dada pelo País dos Soviéticos à derrota do nazismo o seu maior feito histórico, os seus 20 milhões de mortos,

tinham sido a garantia fundamental e o preço principal da nova e grandiosa vitória histórica do proletariado e dos povos de todo o mundo.

A construção do socialismo em 11 novos países iria dar novos conteúdos e novas formas ao 1.º de Maio.

Mas, e de modo semelhante ao que havia feito após a vitória da primeira Revolução Socialista da História, o imperialismo tentou, mais uma vez dividir os trabalhadores dos países capitalistas com a política da «Guerra Fria».

O seu campo de manobra, porém, tinha ficado muito reduzido. Dezenas de novos países, nos velhos impérios coloniais, alcançavam a sua independência e encetavam relações de amizade e colaboração

pelo imperialismo norte-americano.

Os grandiosos progressos obtidos pelos países socialistas nos últimos 30 anos não permitem ao imperialismo continuar a ocultar como antes a verdade aos olhos dos povos dominados por ele.

Na Europa Ocidental, berço do capitalismo, os ideais socialistas progrediram muito nos últimos anos. As correntes unitárias tornaram-se visíveis em grandes países como a França ou a Itália.

Em Portugal, em 25 de Abril de 1974, um acontecimento de importância histórica mundial veio dar um novo impulso à luta pela Liberdade, a Democracia e a Independência Nacional.

O regime fascista foi derrubado

esperanças. Pois, o 1.º de Maio de 1974 revelou uma magnífica perspectiva, a perspectiva da Unidade na democracia, rumo ao Socialismo.

Também os povos irmãos de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé, libertados do longo domínio colonial português, podem, festejar em Liberdade o 1.º de Maio, como uma jornada de Luta anticolonialista, de Libertação Nacional, de Solidariedade Internacional.

A sua contribuição para a libertação do povo português da ditadura fascista, através da heroica luta que travaram pela sua Libertação Nacional, dá ao nosso 1.º de Maio um sentido ainda mais



com os países socialistas. Em muitos deles passou-se, também, a celebrar o 1.º de Maio, como festa oficial. Em vários países capitalistas, os trabalhadores voltam a celebrar o 1.º de Maio, como festa oficial. Em vários países capitalistas, os trabalhadores voltam a celebrar o 1.º de Maio juntos, como uma Festa de unidade e solidariedade.

Em 1959, em Cuba, mesmo ao lado do colosso imperialista, ao cabo de uma heroica luta de libertação, triunfa a Revolução.

Cuba, com a originalidade da sua Revolução socialista, o seu entusiasmo o seu internacionalismo, é um exemplo para os povos do Terceiro Mundo dominados pelo imperialismo norte-americano. O 1.º de Maio ganha uma nova projecção no continente americano. Não é só a classe operária, o proletariado que se liberta. São outras camadas sociais, são os povos subjugados pelo subdesenvolvimento causado

pelo Movimento das Forças Armadas, com o apoio de todo o povo. No seu primeiro 1.º de Maio livre, o povo português, libertado de meio século de opressão fascista, manifestou a sua imensa alegria, em união e fraternidade. No 1.º de Maio de 1974, trabalhadores de todas as tendências, pessoas das mais variadas camadas sociais festejaram juntos, em unidade antifascista, a Liberdade tão desejada.

Nada nem ninguém poderá apagar o profundo significado histórico desse 1.º de Maio. Ele é um marco na História do nosso Povo, é um exemplo a cultivar e desenvolver. O seu significado é profundo e transcende as nossas fronteiras. Todo o mundo assistiu, maravilhado, e esse glorioso 1.º de Maio. Para os povos ainda submetidos ao fascismo e a regimes terroristas, como o povo irmão de Espanha, ele foi um estímulo, cheio de promessas e

profundamente internacional e solidário com os povos irmãos das ex-colónias.

Ao libertarem-se, simultaneamente, do fascismo e do colonialismo, os trabalhadores portugueses e os trabalhadores das ex-colónias confirmaram, mais uma vez, que os interesses dos trabalhadores são comuns, apesar de todas as diferenças de língua, cor, raça, religião e situação social. E confirmaram, mais uma vez, que a via do Progresso e do Futuro, é a via do Compromisso, da Unidade, e da Amizade.

Com os cravos de Abril ao peito e a bandeira dos trabalhadores ao alto, festejemos juntos o 1.º de Maio, alegres e confiantes num Futuro que todos nós queremos livre, democrático e socialista, em solidariedade com todos os trabalhadores, em Paz e Amizade com todos os Povos do Mundo!

## agrária



O desenvolvimento do modo de produção capitalista em Portugal e a instauração da ditadura fascista, favoreceram a concentração e a centralização do capital nas mãos de meia dúzia de privilegiados; isto verificou-se em todos os sectores da actividade económica, e conduziu à existência da grande propriedade da terra — o latifúndio — predominantemente nos Distritos do Sul, mas também nas Beiras, em Trás-os-Montes e até no Minho.

## O MINIFÚNDIO E O LATIFÚNDIO

Mas se no Norte, a existência de maior quantidade de água ao dispor da agricultura, levou os grandes proprietários a parcelar os seus domínios e casas

## UMA CONQUISTA IRREVERSÍVEL DOS TRABALHADORES DO CAMPO

senhoriais, arrendando a caselros e rendeiros pequenas courelas que estes aproveitam até ao centímetro, nelas trabalhando quase dia e noite, para conseguirem sobreviver e pagar aos senhoriais rendas elevadíssimas, na Zona de latifúndio o mecanismo da exploração apresentava-se com

características bem diversas.

A impossibilidade de no Sul se poder fazer em vastas zonas, exploração intensiva da terra, com duas culturas anuais e um razoável aproveitamento pecuário, tal como no norte, impediu os latifundiários de parcelarem e arrendarem os latifúndios, salvo, nas zonas que

se tornaram de regadio através dos dinheiros públicos, ou que se localizam em vales de rios — Tejo, Sado, Sorraia, etc.

Então o expediente foi outro: a exploração extensiva da terra, caracterizada por um sistema de culturas rotativas, com grandes extensões improdutivas — os pousios — fracoscabecamento (n.º de cabeças de gado por hectare) e aproveitamento do montado — cortiça e bolota; e nos últimos anos do fascismo, nem este tipo de aproveitamento da terra era feito, pois cerca de 700000 hectares estavam entregues à caça, em coutadas e armadas, nos distritos do Sul: Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Castelo Branco.

Pelo que muito resumidamente fica dito, compreende-se que no sul, a posição dos homens face ao processo produtivo estivesse muito mais defendida e simplificada; e embora aqui existam também pequenos e médios agricultores que trabalham terra própria ou arrendada, as classes que se apontam em termos bem claros são essencialmente duas — por um lado, uma minoria de grandes agrários absentistas, por outro lado, uma enorme massa de assalariados, verdadeiros operários agrícolas; vivendo do salário obtido em

escassas semanas do ano, quando as sementeiras, as ceifas, a tiragem da cortiça, ou a apanha da azeitona, obrigavam os agrários a empregar alguma mão-de-obra.

## O 25 DE ABRIL

Com o 25 de Abril, na nova situação de liberdade, a grande consciência de classe dos operários do Sul, levou-os a rapidamente se organizarem nos seus sindicatos, iniciando-se de seguida a luta pela obtenção de Contratos Colectivos de Trabalho, e a imposição aos latifundiários de um certo número de trabalhadores para que as terras fossem cultivadas e os gados tratados. A reacção daqueles não se fez esperar: venda clandestina de gados, de máquinas e de produtos; oposição a que as culturas fossem feitas; não pagamento das dívidas de gásóleo, das prestações das máquinas, dos adubos, das sementes, dos créditos bancários; tentativas de fogos-postos, alguns casos consumados, abandono de gados à fome; etc, etc.

E, nestas circunstâncias, a única saída que aos trabalhadores se apresentou foi a ocupação das terras latifundiárias.





**A VITÓRIA É CERTA**

Hoje, passados dois anos sobre o 25 de Abril, a Reforma Agrária apresenta-se como o foco onde convergem todos os esforços reaccionários e contra-revolucionários no sentido de travar para seguidamente inverter, a marcha do processo revolucionário; mas cada dia que passa, mais se consolidam as Unidades Colectivas de Produção e mais fortifica na prática a aliança entre os operários agrícolas e os da cidade, entre os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores, e não só no sul mas também noutras regiões do país.

Os reaccionários e os fascistas acabarão mais tarde ou mais cedo por se darem como vencidos nesta verdadeira "guerra de classes" pela recuperação do seu poder económico, quer os bancos e as

luta que se afirmam correctas, consistem:

— na consolidação da vida democrática e da organização das Unidades Colectivas e suas formas de interligação;

— na continuação da luta pela aplicação da lei que regula as expropriações;

— na exigência de apoio em crédito e apoio técnico por parte do aparelho de Estado;

— na concretização prática da aliança entre os operários agrícolas e os restantes trabalhadores;

— na aliança dos trabalhadores agrícolas com os pequenos e médios agricultores, reideiros e seareiros.

A luta não será fácil. Como vimos são muitas as forças que procuram entrar e mesmo desmantelar as conquistas da Reforma Agrária. Todavia, os trabalhadores agrícolas, os pequenos e médios agricultores, os seareiros e os reideiros têm dado provas suficientes de que são capazes de vencer. Com a

**A LEI DA REFORMA AGRÁRIA**

E o Decreto-lei n.º 406-B/75, conhecido vulgarmente por "lei da reforma agrária", veio definir as condições, os limites, em que a exploração da terra passaria a ser feita.

Ocupadas as terras, não pensaram os trabalhadores agrícolas em "retalhar" as herdades e "fazer quintinhas", para seguidamente se associarem em cooperativas de produtores autónomos, tal como certas forças políticas advogam em nome do socialismo, mais ou menos em liberdade, mais ou menos autogestionário.

Tal como os operários industriais não pensam desmantelar a sua fábrica e fazer cada um a sua "oficina" com um torno e um engenho de furar, do mesmo modo os operários agrícolas do sul não pensaram repartir entre si o "capital fundiário" por eles ocupado. Surgiram assim as actuais quase 5 centenas de Unidades Colectivas de Produção, (impropriamente designadas por cooperativas) onde o trabalho colectivo, e as relações democráticas de produção caracterizam estas novas explorações agrícolas.

A reacção (e não só) tem lançado sobre os operários do sul um verdadeiro arsenal de infâmias, mentiras e calúnias, desde "bandidos armados" a "ladroes de terras", tudo tem sido atribuído pelas organizações dos grandes agrários e partidos fascistas que os apoiam. Mas a grande arma que os trabalhadores do sul detêm contra tal campanha, é o grande aumento, quer das áreas cultivadas, quer dos volumes das produções agrícolas e pecuárias.

Como vão os fascistas da CAP justificar estes extraordinários êxitos do controlo da gestão operária, depois de terem apregoados que os trabalhadores

# UMA CONQUISTA IRREVERSÍVEL DO POVO PORTUGUÊS

"comiam os gados", não "cultivavam as terras", etc. etc.?"

**OS OBSTÁCULOS**

Mas infelizmente, a campanha da CAP não é o único obstáculo que se põe à luta dos operários agrícolas. O aparelho de Estado, pode dizer-se, não está com a Reforma Agrária; para além das hesitações de carácter oportunista eleitoralista do Ministro Lopes Cardoso, a actuação Dr. Magalhães Mota é claramente contra-revolucionária.

E se em relação ao primeiro se condenam todas as suas tentativas de se intrometer e boicotar a vida das novas Unidades Colectivas através do estrangulamento na concessão de créditos para despesas correntes e sobretudo para investimentos — construções, pequenas garagens, máquinas e alfaias, gados, etc. — em relação ao Ministro do Comércio Interno não se pode esquecer os "bons serviços" por eles prestados e em tão curto lapso de tempo à Agricultura; mal tomou posse, logo tratou de afastar os responsáveis progressistas que se encontravam à frente de decisivos organismos de

intervenção na comercialização de produtos agrícolas e alimentares; Junta Nacional dos Produtos Pecuários, Junta Nacional do Vinho, Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau, Instituto dos Cereais.

fábricas, quer os grandes latifúndios.

Neste momento, pedemo estar certos: qualquer recuo no processo da Reforma Agrária poderia significar o princípio do fim; por isso, as perspectivas de

solidariedade de toda a classe operária e restantes trabalhadores e apoiados pelo Movimento Sindical unitário e todas as forças progressistas a Reforma Agrária não voltará atrás.



# DEFENDER AS NACIONALIZAÇÕES APLICAR O CONTROLO OPERÁRIO —TAREFAS IMEDIATAS

Defender as nacionalizações e o controlo operário, assim como defender as grandes conquistas alcançadas no decorrer do processo revolucionário, são tarefas que se impõem aos trabalhadores e ao seu Movimento Sindical e que não poderiam estar ausentes na grande jornada de luta que o 1.º de Maio constituiu.

Para compreendermos porquê, é necessário ter presente o que já conseguimos avançar e as diferentes perspectivas que se nos abrem no campo económico.

*Como se consegue na prática consolidar estas conquistas e torná-las irreversíveis, no sentido que sirvam efectivamente para melhorar o nível de vida do nosso povo, para defender a independência nacional, para construir uma sociedade sem exploração nem opressão?*

A resposta tem de ser colectiva e de massas, basear-se na organização e no poder criador de que temos dado provas no decorrer de todo o processo; mas ela tem de se basear também na análise concreta da situação concreta em que nos encontramos, das suas causas e das suas perspectivas.

## A HERANÇA DO FASCISMO

Numa altura em que se tenta fazer recair as responsabilidades da actual situação económica sobre os trabalhadores, nunca é demais lembrar que a pesada herança no campo económico do fascismo é uma das causas fundamentais dos problemas que atravessamos.

1.º — A brutal e desenfreada exploração dos trabalhadores, os salários de miséria impostos, a utilização dos escandalosos lucros em despesas de luxo dum minoria de multimilionários, tinham necessariamente de ser alterados com o 25 de Abril e o desaparecimento da repressão que garantia a sobre-exploração. Os capitalistas não têm de se queixar das consequências da subida dos salários porque tais subidas são uma forma de elevar o nível de vida dos trabalhadores e porque se elas têm consequências na situação das empresas a culpa é do capitalismo parasitário em que vivíamos, em que a maioria das empresas nem sequer é organizada e a responsabilidade cabe ao patronato.

2.º — A dependência em relação ao imperialismo que se reflecte nas origens, estrutura e destino (1) do nosso comércio externo no papel das multinacionais em Portugal, no peso dos investimentos estrangeiros, no fraco desenvolvimento de certos sectores da nossa economia, e que isso interessava os grandes países capitalistas, e no desenvolvimento exagerado de outros pela mesma razão, a situação que nos cria uma economia distorcida, em que não é produzido muito do que precisamos (e que podíamos fazê-lo, como a Reforma Agrária está a provar). Tal distorção tinha necessariamente de continuar a fazer sentir os seus efeitos enquanto não tivermos uma economia planificada de acordo com o mesmo interesse nacional.

3.º — O aparelho de Estado em que a iniciativa dos trabalhadores foi afogada em burocracia e hierarquia, em que as estruturas existentes nem sequer estavam preparadas para

responder às necessidades básicas do nosso povo (habitação, saúde, educação, etc.), e continuam a não estar.

4.º — Uma economia virada para a especulação e o rápido lucro, assente não na produção de bens e serviços essenciais mas sim em manobras mais ou menos fraudulentas, como a bolsa e os terrenos da construção.

5.º — A política de fomento de emigração que visa disfarçar a incapacidade da estrutura económica em garantir um direito inalienável: o direito ao trabalho na própria terra, cuja garantia exige para além dum poder político ao lado dos trabalhadores profundas alterações na nossa economia.

6.º — A guerra colonial para a qual é uma parte da actividade económica estava virada (quem esqueceu já que o orçamento geral do Estado para 1973 destinava mais de 50% dos impostos com que nos espoliavam para a guerra colonial?)

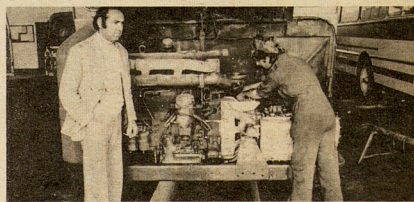
7.º — O aumento desenfreado de

preços que reflecte uma contradição do capitalismo: a produção ser utilizada como meio de conseguir lucros e não se satisfazer necessidades da população, etc. etc.

O essencial a retirar destes breves exemplos (que constituem por si só uma condenação clara do fascismo) e a ideia de que aquilo que se passava por aí e a caso (correspondia aos interesses dos latifundiários e dos monopólios aliados ao imperialismo estrangeiro) e tem consequências negativas que se mantêm ainda hoje por não terem sido combatidas radicalmente as suas causas: a exploração capitalista e por a destruição do capitalismo monopolista e latifundista não ter sido seguida de medidas que fizeram avançar decisivamente a nossa economia em direcção ao socialismo.

## A SABOTAGEM ECONÓMICA

Quando as forças da reacção e do capital falam muito de «desorganização da produção pelos trabalhadores e da «anarquia que reina nas empresas» como causa das actuais dificuldades económicas visam dois objectivos: «limpar-se» da descarada sabotagem económica por elas praticada e abrir caminho à restrição de direitos que os trabalhadores conquistaram, nomeadamente dos direitos sindicais e dos que vêm expressos na constituição em vigor. Mas a nossa memória não é tão



curta como a tentam fazer. Quem não está recordado dos milhares casos de sabotagem de todos os tipos a que se os trabalhadores não se tivessem oposto firmemente não teriam levado ao mais completo caos económico?

Vejamos algumas das formas que essa sabotagem assumia:

1.º — A mais conhecida forma de sabotagem é o desvio de capital para o estrangeiro. Milhões de contos, necessários para o nosso desenvolvimento foram depositados em bancos estrangeiros. Desde a transferência descarada até formas mais refinadas como a das importações e a subfacturação das exportações tudo foi utilizado para delapidar o País.

2.º — Dificuldades financeiras postas por atrasos ou cessação de pagamentos, dificuldades de créditos postas pelos bancos ou pelos fornecedores (especialmente estrangeiros), retiradas de dinheiro das empresas ou venda de activo abaixo do seu valor.

3.º — Destruição ou danificação de equipamento e matérias-primas,

redução do nível de existências de matérias-primas, redução da actividade.

4.º — Não realização de actividades normais de reposição e de manutenção do aparelho produtivo nem de investimentos de expansão.

5.º — Fecho de empresas, com os consequentes despedimentos e diminuição da produção interna.

6.º — Sabotagem dos circuitos comerciais para provocar dificuldades de abastecimento, açambarcamentos.

Etc., etc.,

Estas atitudes, fomentadas pelo grande capital visavam criar as condições para acções contra-revolucionárias que impedissem o desenvolvimento do processo revolucionário.

Podemos estar certos de que se não fosse a acção firme e decisiva dos trabalhadores em muitos casos concretos as consequências da imensa sabotagem de que fomos alvo teriam sido muito maiores do que as que tem, que mesmo assim não são pequenas.

## O BOICOTE DO IMPERIALISMO

A enorme «ajuda» que os países imperialistas nos têm prestado desde o 25 de Abril traduz-se em incidências importantes na nossa situação económica tanto mais importantes quanto, como vimos quando tratámos da herança do fascismo, a nossa economia se encontra dependente dos principais países capitalistas.

Vejamos algumas dessas incidências:

1.º — Dificuldades crescentes criadas às nossas exportações, que mesmo assim só constituem metade do valor das nossas importações.

2.º — Aumento dos preços dos produtos por nós importados, vitais na maioria dos casos para o funcionamento da economia e a satisfação das necessidades populares.

3.º — Expulsão de emigrantes, redução das suas remessas, bem





como do turismo devido ao «ambiente» por eles criado sobre a nossa situação.

4. — Despedimentos e reduções de horários das multinacionais cá instaladas.

Se a estes aspectos juntarmos a demagogia dos «empréstimos» estrangeiros que visam fundamentalmente diminuir as nossas remessas de ouro e dificultar o nosso desenvolvimento económico independente, verificamos que a actuação dos países imperialistas têm graves responsabilidades na passada e presente situação económica portuguesa.

### CAUSAS DA ACTUAL SITUAÇÃO ECONÓMICA

Como vimos as causas da actual situação económica, as causas fundamentais são a herança económica do fascismo, a sabotagem interna e o boicote do imperialismo.

A importância de detectarmos as verdadeiras causas reside na necessidade de poder determinar as formas mais correctas de corrigir a situação económica presente. Vejamos agora quais foram as atitudes e as lutas dos trabalhadores no campo económico, cuja luta foi o factor fundamental que impediu que a situação económica se agravasse ainda mais.

### AS NACIONALIZAÇÕES E A LUTA POR PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS

Como vimos, uma das características essenciais da estrutura económica do nosso país era assentar na sobre-exploração dos trabalhadores, mantida pelo regime repressivo, e no espólio das pequenas e médias empresas, em benefício exclusivo dos monopólios e latifundiários.

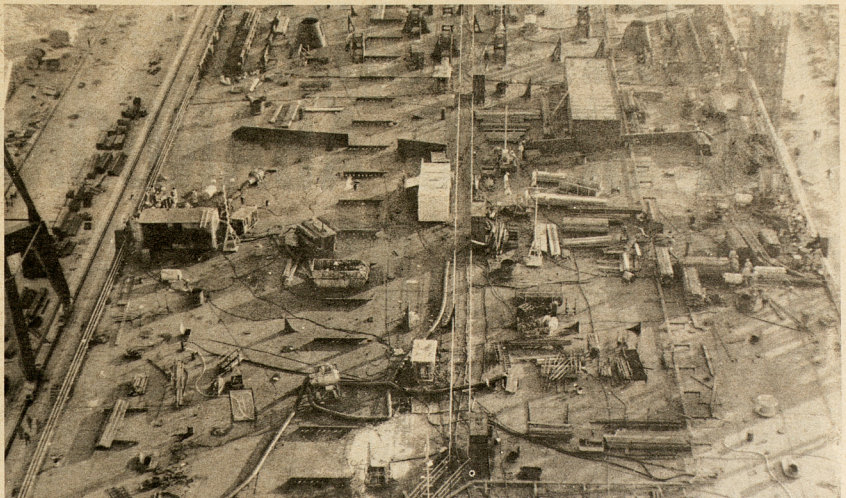
A luta pela destruição do poder destes era, pois, uma questão central da nossa revolução. Primeiro porque eram os principais responsáveis pela situação herdada. Segundo porque utilizavam esse poder para boicotar a nossa economia e causar dificuldades à consecução das liberdades democráticas. Terceiro porque a sua política visava a manutenção do domínio dos grandes grupos monopolistas internacionais. Quarto porque a opção socialista da nossa revolução implicava a socialização dos principais meios de produção. Quinto porque, as nacionalizações, o controlo do poder económico pelo poder político era e é uma exigência para promover o desenvolvimento económico geral em benefício do povo e do país.

A alternativa que se colocava, que as forças reacçãoárias colocavam, a única alternativa, era manter intacto o poder dos monopólios, que evidentemente teria como consequência o acentuar da pressão reacçãoária por estes exercidos para sufocar o processo de democratização.

A tentativa contra-revolucionária do 11 de Março, a sua derrota, criaram condições para que o poder político respondesse positivamente às crescentes exigências dos trabalhadores, no que respeita às nacionalizações das empresas chave dos sectores básicos da economia.

Ao contrário do que foi espalhado pelos detractores das nacionalizações estas não foram feitas «à balda», sem critérios, senão os seguintes.

Se examinarmos o conjunto dos principais sectores atingidos pelas nacionalizações verificamos que



obedecem a critérios económicos bem precisos:

— Centros de acumulação de capital (banca, seguros, cimentos, cerejas, tabacos, papel, petróleos, etc.)

— posição determinante no processo produtivo (siderurgia, arábidos, transportes aéreos, marítimos e terrestres, produtos químicos industriais, petróleos, etc.)

— características monopolistas dos principais grupos económicos (CUP, Jorge de Brito, Champallimaud, Borges, Vinhas, Espírito Santo, Pinto de Magalhães, etc.), motivo pelo qual estes tinham conseguido moldar a economia aos seus interesses e pô-la ao seu serviço.

Como se vê é incorrecto pensar que a maioria da economia pertence ao Estado (cerca de 80% dos trabalhadores permanecem em empresas privadas), mas também é incorrecto pensar-se que as nacionalizações pesam pouco na economia (quase metade da capacidade de investimento no País, vital para o desenvolvimento económico, é da responsabilidade do Estado).

Isto significa que tem sido a falta de uma política económica, a falta de planificação económica que implicasse a participação activa dos trabalhadores na sua elaboração e execução, as principais responsáveis pelo facto das nacionalizações não terem ainda atingido todos os objectivos pelos quais foram decretadas, nomeadamente colocar a economia ao serviço do Povo.

Há no entanto, dois tipos de problemas que têm sido levantados (se calhar até para disfarçar a incapacidade técnica dos actuals responsáveis pela economia do país) e que merecem referência. São eles os «prejuízos» das empresas nacionalizadas e a contensão de

salários e regalias sociais dos trabalhadores dessas empresas.

Quanto ao agitar dos «prejuízos» eles visam em primeiro lugar responsabilizar as nacionalizações pelo agravamento da situação económica e em segundo lugar criar a ideia de que as empresas nacionalizadas terão de funcionar da mesma forma, reger-se pelos mesmos critérios e portanto apresentar lucros, isso é tanto mais grave quanto a questão fundamental é elaborar um Plano Económico que fixe objectivos para estas empresas (a nível de produção, investimento, reconversão, coordenação, etc.) que dê directrizes concretas às Comissões Administrativas e que servirá para verificar e controlar se as empresas estão de facto a atingir os objectivos sociais e económicos estabelecidos democraticamente através do PLANO.

Quanto aos ataques aos trabalhadores dessas empresas, às acusações feitas de serem eles os responsáveis pela «situação caótica», pelos «prejuízos» das empresas, visam fundamentalmente virar os trabalhadores contra as nacionalizações, dividi-los e abrir assim caminho à reintegra das empresas ao patronato, ou mesmo fechá-las.

Vejamos agora o papel dos trabalhadores e a sua crescente intervenção na economia, condição essencial para garantir um desenvolvimento económico em benefício do Povo.

### O CONTROLO OPERÁRIO E A CRESCENTE INTERVENÇÃO DOS TRABALHADORES NA ECONOMIA

O controlo operário em Portugal tem a sua origem e causa próxima na necessidade de combater a sabotagem económica.

Ao combatê-la os trabalhadores visavam, de imediato, defender os postos de trabalho, ameaçados pela política ruinosa dos monopólios e latifundiários depois do 25 de Abril.

Estes visavam mais longe: visavam criar dificuldades políticas ao avanço e consolidação do processo democrático. De forma que os trabalhadores, ao defenderem os postos de trabalho, estavam também

a cerrar fileiras em defesa da estabilidade económica e consequentemente, do processo democrático.

No entanto não foi a atitude defensiva a que melhor caracteriza as lutas dos trabalhadores no campo económico.

A luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, através das negociações de contratos colectivos, de cadernos reivindicatórios, etc., foi acompanhada pelo ataque ao poder económico da grande burguesia, forma única e radical de retirar das mãos desta avançada que estavam a ser utilizadas para manter a exploração e sabotar a economia.

Ambas as condições objectivas (combate da sabotagem e ataque ao poder económico da grande burguesia) mostraram claramente que a participação activa e crescente dos trabalhadores era indispensável não só para poder corrigir o que o passado nos legou como também para garantir a construção duma nova economia colocada ao serviço do Povo Português.

Neste artigo, mais importante do que indicar formas concretas que o controlo operário tem assumido (tarefa a que o ALAVANCA tem dedicado muita atenção e espaço) importa explicitar que os objectivos do controlo operário, arma revolucionária dos trabalhadores, variam de acordo com a situação política concreta e com os objectivos que a cada momento os trabalhadores considerem fundamentais.

Por isso, na actual fase do processo político em Portugal o controlo operário está a ser levado à prática como forma eficaz de combater a recuperação capitalista e de lançar as bases para a transformação duma economia tipicamente capitalista (com todo o seu cortejo de injustiças), numa economia assente num Plano Económico em cuja elaboração os trabalhadores participem activamente. As experiências concretas existentes indicam que tal participação na definição de objectivos económicos é não só útil como necessária para garantir a procura de objectivos sociais e progressistas e o efectivo empenhamento dos trabalhadores.

Só os trabalhadores podem garantir a prossecução duma política

económica que:

- defenda os interesses nacionais
- defenda as camadas mais exploradas do nosso povo
- destrua os mecanismos do capitalismo monopolista dos latifundiários e dos intermediários parasitários.

Ou seja que corresponda na prática aos interesses, não só dos trabalhadores, como de outras vastas camadas do nosso povo.

A Constituição em vigor prevê e protege os direitos dos trabalhadores em exercer o controlo das empresas. É necessário que as organizações representativas dos trabalhadores desenvolvam o controlo operário nas suas empresas. É necessário que se debatam mais frequentemente as experiências existentes, se troque experiências existentes, se troque experiências de luta e de organização. É necessário que se criem organizações estáveis por sector e a nível de região para coordenar a actividade das comissões de controlo operário.

Tais tarefas serão certamente levadas à prática. As condições políticas gerais são mais favoráveis à consolidação das conquistas dos trabalhadores, incluindo o controlo operário e a transformação radical, profunda e completa das estruturas económicas herdadas.

O Socialismo não se decreta, constrói-se. Construção que não é de um dia ou de um mês. Só o esforço organizado, acumulado e paciente dos trabalhadores o permitirá. Como escrevia nos anos 30 o grande poeta Bertolt Brecht:

— De quem depende que a exploração continue?  
De nós!  
De quem depende que ela acabe? Também de nós!

### NOTA

(1) Por exemplo cerca de metade dos bens agrícolas e alimentares que consumimos são importados enquanto que metade da produção industrial é exportada e 80% do comércio externo continua a ser feito com os principais países capitalistas.

# OS REFORMADOS NÃO SERÃO ABANDONADOS!

De Vila Real de Santo António ao Saixal (margem Sul), há, aproximadamente, 80 000 reformados. Ao nível do País, o seu número eleva-se a meio milhão. Quanto aos seus problemas — muitos e graves — admitindo que existem, ninguém lhes tem dado solução, particularmente nos meios governamentais. Quando muito, alguns partidos políticos choram lágrimas de crocodilo pelos «desgraçados», lançando assim o «isco» para a sua vergonhosa «caça aos votos».

Os reformados estão em luta para não virem a morrer de fome — esta a grande conclusão que há a tirar da conferência de Imprensa que a Comissão Sindical Nacional dos Reformados da Previdência convocou, com o fim de «divulgar os seus pensamentos e lutas», uma vez que a falta de disponibilidades económicas e o difícil acesso à rádio e televisão lhes tem coartado todas as possibilidades de alertarem os governantes e o povo em geral para um problema que, de todas as maneiras, é um problema nacional que urge resolver.

A luta dos reformados parte de situações muito concretas e não terminará enquanto não for feita justiça àquele «trabalhador rural de 79 anos que trabalhou no campo, na construção civil e na padaria, sem nunca lhe terem feito descontos e agora recebe uma pensão de reforma de 100\$00 por mês», ou enquanto uma reformada confessar amarguradamente «que teve de se prostituir para conseguir alimentar-se a si e aos seus dois netos».

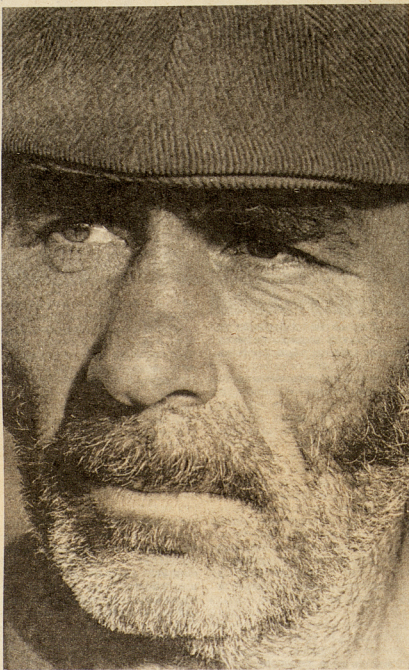
Salta à vista, no distrito de Setúbal, o caso de pessoas de idade andarem a «apanhar beatas», isto por um lado; mas por outro, a que conclusões chegaremos se alguém tiver a coragem de fazer um inquérito às «Casas de Penhores»?

É esta trágica situação que faz correr os reformados de ministério em ministério, procurando em vão uma solução que este Governo não lhes dá.

Na conferência de Imprensa, que se realizou no Ginásio Clube da Baixa da Banheira, estiveram presentes delegados da Baixa da Banheira e da Marinha Grande, um elemento da Caixa Nacional de Pensões e ainda representantes do Grupo de Trabalho da Previdência da Intersindical e dos Sindicatos da Construção Civil, Têxteis e Metalúrgicos.

Depois de historiadados os primeiros contactos com o Governo, tanto no Norte como no Sul, e à maneira «edificante» como o Primeiro-Ministro os tratou, congratulando-se por eles serem «uns desgraçados... pacíficos» e não como aqueles «operários porcos, sujos, de capacete, que o quiseram sequestrar», os reformados presentes na conferência de Imprensa lembraram como, no fim de hora e meia de conversa, vieram as considerações do costume — «a luta é justa, muito justa... mas a Previdência não tem dinheiro» — e que ele — Primeiro-Ministro — também viria a ser «um reformado». Isto em Janeiro de 1976.

Em 12 de Abril, a Comissão Sindical dos Reformados foi recebida pelo ministro dos



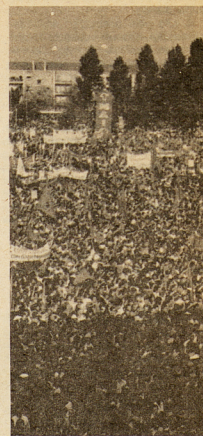
Assuntos Sociais — dr. Rui Machete. Uma vez mais, foi traçado, para este responsável, o

participar numa Comissão a nomear por aquele Ministério para estudo destes assuntos — considerando tal como mais uma manobra do ministro para protelar as suas justas reivindicações — alertam os trabalhadores em geral para o tipo de soluções de que o Governo pretende deitar mão.

Falando dos ex-trabalhadores agrícolas e ex-pescadores, foi afirmado que o Governo deverá responsabilizar-se pelo pagamento das suas reformas. De notar ainda que, segundo informação de Rui Machete, vai ser proibido aos reformados trabalharem, devendo eles, portanto, governar-se com a reforma que têm.

Neste momento não há, pois, ao nível do Governo, qualquer esperança de resolução para os problemas que afectam meio milhão de reformados.

«Já fomos recebidos por todos os responsáveis do Governo, seus secretários e sub-secretários, e...NADA!» Os reformados consideram que o Governo os tem andado a entreter... «isto já é uma brincadeira» — afirmam eles.



quadro de fome e miséria em que vivem já muitos reformados.

Em troca, e contas feitas, o ministro considerou que o Governo teria de dispendir «uma verba astronómica» e que, além do mais, «em Portugal ainda não se morre à fome com 2000\$00».

«Eu tenho — juntou o ministro — uma pessoa de família que ganha 2000\$00 e paga 800\$00 de renda de casa, e não vive mal!»

O sr. dr. Rui Machete acabou até por desabafar, dizendo que «as reivindicações que os operários estão a fazer, terão que ser travadas».

Para ele, tendo em conta que dar o equivalente ao ordenado mínimo nacional implicaria um encargo de 43 mil contos e que para tal era preciso o parecer favorável do ministro das Finanças, uma maneira airosa de resolver o problema seria «aumentar os impostos aos trabalhadores activos».

Os reformados, ao mesmo tempo que se negaram a

Por tudo isto, e porque os problemas dos reformados serão, mais dia menos dia, os nossos próprios problemas, os reformados apelam para o apoio e solidariedade de todos os trabalhadores no activo e respectivas organizações no sentido de poderem levar a bom termo esta luta que empreenderam por uma vida melhor e mais justa.





# PALAVRAS DE ORDEM A SEREM UTILIZADAS NAS COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO

- TRABALHO, SIM; DESEMPREGO, NÃO
- DEFENDER A CONSTITUIÇÃO, CONTRA A REACÇÃO
- REFORMA AGRÁRIA, SIM; LATIFÚNDIOS NÃO
- INTERSINDICAL CONTRA O CAPITAL
- NÃO AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA
- ECONOMIA AO SERVIÇO DO TRABALHO, NÃO DO CAPITAL
- A ESQUERDA DÁ A MÃO, NÃO AVANÇA A REACÇÃO
- DEFENDE O CONTROLO OPERÁRIO E AS NACIONALIZAÇÕES
- CAPITALISTAS NÃO, NÃO REGRESSARÃO
- POR UM SALÁRIO MÍNIMO JUSTO
- TRABALHADORES UNIDOS, JAMAIS SERÃO VENCIDOS
- OS REFORMADOS NÃO SERÃO ABANDONADOS

A Comissão Organizadora do 1.º de Maio/76

## OS TRABALHADORES ESTÃO ATENTOS

1. Nos últimos dias, antecedendo a data das eleições para a Assembleia da República, os mais altos responsáveis pela política do Ministério do Trabalho, emitiram declarações públicas através de entrevistas concedidas aos semanários "Expresso" e "O Jornal", relativas à Intersindical Nacional e suas estruturas organizativas.
2. Tais declarações, nomeadamente, as expressas pelo actual secretário de Estado do Trabalho, dr. Marcelo Curto, comunicando a sua intenção de pedir ao Ministério Público do Tribunal da Comarca de Lisboa a extinção judicial da Intersindical Nacional, não podem deixar de merecer, dada a gravidade e incorrecção dessas declarações, o mais justo reparo pela parte do movimento sindical unitário dos trabalhadores portugueses.
3. Não se pretende com a presente resposta encetar qualquer espécie de diálogo com os referidos governantes, acerca dos problemas que dizem respeito, única e exclusivamente, aos trabalhadores portugueses e respectivas organizações, nem tampouco responder, por inteiro, às extensas afirmações prestadas aos referidos semanários.
4. A razão de ser desta nota, filla-se, fundamentalmente, na necessidade de recordar aos trabalhadores portugueses e à opinião pública em geral, as razões de ordem jurídica, que tornam injustificável a pretensa

argumentação invocada que apenas serve para acobertar mais um ataque, perfeitamente injustificado, ao movimento sindical.

5. A Intersindical Nacional bem como toda a sua estrutura de âmbito regional, distrital e local, foi reconhecida como a confederação geral dos sindicatos portugueses, por força de diploma publicado em 30 de Abril de 1975. Uma vez que há quem pareça desconhecer-lo, explicita-se que se trata do Dec.-Lei n.º 215-A/75, visto e aprovado em Conselho de Racionalização e promulgado pelo Presidente da República.
6. Nos termos do Dec.-Lei n.º 216-B/75 (Lei das Associações Sindicais), publicado igualmente com data de 30 de Abril, reunir o Congresso Nacional dos Sindicatos Portugueses em 25, 26 e 27 de Julho de 1975, e para o qual foram convocados todos os sindicatos, independentemente, de se encontrarem filiados ou não na Intersindical Nacional. Nesse Congresso foram discutidos e aprovados os Estatutos que regem a actividade da Confederação Geral dos Sindicatos, que assim se constituiu.
7. Tais Estatutos foram registados no Ministério do Trabalho nos termos da mesma lei e publicados no "Diário do Governo" — III Série, de 28 de Outubro de 1975.
8. No prazo de oito dias a contar da data da sua publicação fo-

ram, os Estatutos, remetidos pelo Ministério do Trabalho ao agente do Ministério Público junto do Tribunal da Comarca de Lisboa, acompanhados pela documentação exigida por lei.

8. Caso os Estatutos não estivessem em conformidade com a lei, deveria o agente do Ministério Público, promover no prazo de 15 dias, a contar da sua recepção, a declaração judicial da extinção da Intersindical Nacional.
9. Tal não aconteceu! Daí que sejam inatacáveis a existência e formalidades jurídicas da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.
10. Como nota final não se quer deixar de assinalar o seguinte: os trabalhadores portugueses deram já sobejas provas da sua firme determinação na defesa de unidade sindical. A organização sindical portuguesa e o seu secretariado nacional, não querem nem podem assumir outra atitude.

Lisboa, 27 de Abril de 1976

O Secretariado da Intersindical

## SINDICALISMO EM DISCUSSÃO

JOSEF MASEK, Director da Escola Sindical da Eslováquia, deslocou-se a Portugal, a convite da Intersindical Nacional, onde proferirá uma série de quatro conferências sobre sindicalismo, abordando os seguintes temas:

- LUTA DE CLASSES E SINDICATOS
- PAPEL DOS SINDICATOS NOS VÁRIOS PROCESSOS REVOLUCIONÁRIOS
- PAPEL DO DIRIGENTE SINDICAL NA DIRECÇÃO DO MOVIMENTO DE MASSAS

Essas conferências são abertas a dirigentes sindicais e terão lugar segundo o calendário seguinte:

Dia 3 de Maio, às 10 horas — na *União dos Sindicatos do Porto*, para os dirigentes sindicais de BRAGA, BRAGANÇA, PORTO, VIANA DO CASTELO E VILA REAL



Dia 4 de Maio, às 10 horas — na *União dos Sindicatos de Coimbra*, para os dirigentes sindicais de AVEIRO, CASTELO BRANCO, COIMBRA, GUARDA, LEIRIA e VISEU

Dia 6 de Maio, às 10 horas — na *União dos Sindicatos de Évora*, para os dirigentes sindicais de BEJA, ÉVORA, FARO e PORTALEGRE

Dia 7 de Maio, às 10 horas — na *União dos Sindicatos de Lisboa*, para os dirigentes sindicais de LISBOA, SANTARÉM e SETÚBAL.

Os dirigentes das UNIÕES LOCAIS deverão integrar-se nas sessões reservadas ao respectivo distrito.

Dado o grande interesse destas conferências, quer pelos temas que abordam, quer pela experiência do conferencista neste campo, os camaradas deverão em cada União divulgar amplamente esta iniciativa junto das direcções sindicais, convidando o maior número de dirigentes.

A organização das conferências está a cargo das Unições do Porto, Coimbra, Évora e Lisboa, com quem os camaradas deverão contactar, indicando o número de participantes em cada distrito.

Com as melhores saudações sindicais



SEMANARIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERINO: Jaime Marques Machado

16 páginas - Preço 500

REDACCAO E ADMINISTRACAO:  
Rui Vitor Cordon - 1. 2.º - LISBOA

DELEGAÇÃO DO NORTE  
UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina, 922-1  
Telefs. 380752/59 - PORTO

DISTRIBUIDORA: REIMPRESSA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO  
HESPA PORTUGUESA  
Rua Elias Garcia, 25 - 27 - Vende Nova - Amadora

DIVULGA



# LUTA DE CLASSES MOTOR DA HISTÓRIA

"A luta de classes é o motor da História", escreveu Karl Marx no século passado. Mas, além de escrevê-lo, provou-o. Efectivamente, ao longo da História da Humanidade a luta de classes tem sido uma constante, dela dependendo o progresso económico, social e cultural.

Da divisão da sociedade em classes, resultam justamente, os antagonismos que sempre têm oposto exploradores e explorados.

Escravos e amos, servos e senhores, operários e patrões, em suma: opressores e oprimidos. Mas quais as origens da luta de classes?

No princípio da humanidade era o chamado "comunismo primitivo". Nessa altura, os homens viviam em comum, trabalhavam para a comunidade, não havia ainda, sequer, a ideia de propriedade privada. Não havia classes e todos trabalhavam para o bem da colectividade. A razão disto estava, em que era muito baixo o nível das forças produtivas, o que não permitia obter isoladamente os meios necessários de subsistência. Os homens eram, assim, obrigados a viver e a trabalhar em comum o que gerava a propriedade colectiva dos meios de produção. Este regime comunitário foi uma etapa universal da história da humanidade. Todos os povos passaram por esta fase. Logo, a sociedade dividida em classes e exploradora não foi inicial, mas teve, efectivamente uma origem histórica, bem determinada. A divisão em classes e a exploração surgiram quando um grupo de indivíduos da sociedade

Deste modo, a vida comunitária até então existente, sem leis impostas, foi substituída, a pouco e pouco, por uma nova sociedade que preparou o terreno para a fundação do Estado (em que o tal grupo proprietário dos meios de produção passou a elaborar e a impor as leis à maioria da população, não possuidora desses mesmos meios).

## ESCRAVOS/AMOS

Surgiu, então, a sociedade escravagista, onde a maioria da população passou a ser explorada pelos detentores do poder real. Aqui a sociedade dividida em classes, com interesses e objectivos antagonísticos era, já, uma realidade. Assim, no modo de produção escravagista o senhor (homem livre) possuía, não só a terra e outros meios de produção, como o próprio homem, o escravo, que trabalhava nas suas terras e na sua casa. Ser escravo

pouco e pouco, a revolta contra o estabelecido. A conquista dos seus direitos como cidadão tomou-se na etapa principal a alcançar. E as primeiras revoltas de escravos estalaram. Primeiro isolada e depois organizadamente, os escravos lutaram pela conquista dos seus objectivos. (Quem não se lembra da história de Spartacus que até em filme foi contada? Pois esta foi uma das revoltas, mais célebres, de escravos).

Naturalmente que a estas revoltas os homens livres responderam com o morticínio, com as torturas. A manutenção do estabelecido era o fundamental.

## SERVOS/SENHORES

Entretanto, surge uma nova sociedade exploradora.

O modo de produção escravagista deu lugar ao modo de produção feudal. Aqui o senhor feudal (proprietário dos meios de produção) já não era dono, totalmente, do explorado (servo da gleba). Aquele, dono do principal meio de produção, da época, a terra, concedia pequenas parcelas de terreno aos servos. Em troca, estes eram obrigados a trabalhar, sem remuneração, a terra do senhor. A sua sobrevivência fazia-se à custa dos magros frutos colhidos na sua pequena parcela (só cultivada quando o trabalho para o senhor acabava). Por outro lado, era ainda obrigado a pagar, ao senhor feudal, pesados impostos.

Estamos, novamente, em presença de uma sociedade exploradora e dividida em classes. Agora, o senhor feudal e o servo da gleba possuem, também eles, objectivos e interesses diferentes. O senhor feudal, mais um vez, procurou por todos os meios manter a sua posição privilegiada e continuar a explorar, calmamente, o servo. Este, por seu turno, mais uma vez, procurou, através de formas organizativas, ainda que incipientes, encontrar uma resposta aos seus desejos, o que passava, naturalmente, pela destruição do sistema que o explorava.

## OPERÁRIOS/CAPITALISTAS

E, finalmente, eis-nos perante a sociedade capitalista. Nesta fase, já todos nós sabemos, quem é o explorado e o

explorador — o operário e o capitalista.

O operário que não possui os meios de produção vê-se obrigado a vender a sua força de trabalho ao proprietário desses mesmos meios. Este, em troca, paga-lhe um determinado salário. Mas será que este salário corresponde ao trabalho produzido pelo operário?

Se isto acontecesse o capitalista não veria a sua fortuna e os seus lucros aumentar. O

exploração são, já, realizações concretas. Ai os trabalhadores estão no poder e não mais são dominados pelos seus exploradores.

Pela exposição feita, se bem que bastante sintética, facilmente se verifica, que a partir do momento em que apareceu a propriedade privada, a exploração e a luta entre os exploradores e os explorados, passaram a estar na ordem do dia.



capitalista apenas paga ao operário uma parte do seu trabalho, ficando, ele, com o resto. (Por exemplo: um operário trabalha 8 horas por dia. O patrão apenas lhe paga o correspondente ao trabalho produzido, por exemplo, em 6 horas. O trabalho produzido durante as duas restantes ficam para o patrão. A isto se chama mais-valia, ou seja, o excedente de trabalho produzido pelo operário e pelo qual não é remunerado).

Ora, também os operários e os capitalistas têm interesses e objectivos completamente diversos. Os trabalhadores anseiam pela conquista da sociedade da não exploração. Os capitalistas pretendem manter a exploração. Naturalmente, que os operários lutam pela conquista dos seus ideais. A isto, também, naturalmente, respondem os capitalistas com a repressão. Os trabalhadores todos os dias lutam contra os seus inimigos de classe. Greves, paralisações, manifestações são tudo formas que os trabalhadores utilizam para fazerem valer os seus direitos. Para além disto, os que trabalham lutam pela destruição da sociedade capitalista e pela construção de uma nova sociedade socialista. Nalguns países a colectivização dos meios de produção, a abolição da propriedade privada e da

São os escravos contra os amos (homens livres), são os servos contra os senhores e os operários (e trabalhadores, em geral) contra os capitalistas. Ora é precisamente a esta luta, sem tréguas, movida pelos oprimidos contra os opressores e por sua vez dos opressores contra os oprimidos, que se chama luta de classes. Com efeito, os explorados, ao longo da história, lutaram sempre pela conquista dos seus direitos e pela destruição da sociedade que os oprimia. Por sua turno, os exploradores opuseram sempre, tenaz resistência, através da repressão, às revoltas que lhes moveram os seus inimigos de classe.

O 1.º de Maio, enquanto Dia Mundial do Trabalhador, comemorando as jornadas sangrentas de Chicago em que morreram milhares de trabalhadores, quando lutavam pelas 8 horas de trabalho diário, é um exemplo vivo da manifestação de luta de classes.

Mas, só quando a propriedade privada e a exploração acabarem os oprimidos terão conquistado todos os seus direitos. Só a construção da sociedade socialista por fim à exploração do homem pelo homem. Só na sociedade socialista o homem se realizará e conquistará todos os seus direitos.



conseguiu concentrar, nas suas mãos, os principais meios de produção, despojando deles, então, o restante grupo dessa mesma sociedade.

Para que isto pudesse ter acontecido, foi necessário um certo grau de desenvolvimento económico que permitiu a produção de mais bens do que os necessários para o consumo imediato. E o tal grupo pôde, assim, apropriar-se deste excedente.

significava ser pertença de alguém. A sua vida e a sua morte dependiam, em última instância, da boa ou má disposição do senhor. Era considerado pelo homem livre como um instrumento de trabalho e portanto obrigado a trabalhar até ao fim das suas forças. Não tinha qualquer direito, como ser humano que era.

As arbitrariedades e discriminações a que estava sujeito foram gerando nele, a